

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DA COORDENAÇÃO GERAL DE LOGÍSTICA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Pregão Eletrônico nº 18/2018

A empresa JHE COMUNICAÇÃO INTEGRADA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 14.173.825/0001-12, com sede na Quadra 101, Rua das Figueiras, Lote 07, Sala 502 – Águas Claras, Brasília – DF, 71906-750, por intermédio de seu representante legal, declara ser uma empresa idônea, sem qualquer registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) no Portal da Transparência do Governo Federal, nem registro no Cadastro de empresas punidas da CGDF e/ou Cadastro do CNPJ, tempestivamente, vem, baseando-se na Lei Federal nº 8666/93, à presença de Vossa Senhoria, na melhor forma de Direito, em observância aos princípios da Isonomia, da Razoabilidade, da Moralidade e da Supremacia do Interesse Público, e com nas disposições do Edital acima identificado, interpor, tempestivamente, o presente:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da decisão que classificou a empresa IN PRESS OFICINA ASSESSORIA DE COMUNICACAO LTDA, devendo o recurso ser remetido para apreciação e julgamento.

1. BREVE SÍNTESE DOS FATOS

A Recorrente participou da licitação na modalidade pregão eletrônico, promovida pelo COORDENAÇÃO GERAL DE LOGÍSTICA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, com vistas à "contratação de empresa especializada na prestação de serviços auxiliares, acessórios e instrumentais às atividades de assessoria de imprensa, planejamento de comunicação e relações públicas, envolvendo os serviços de clipping, auditoria de imagem, media training, fotografia, atendimento à imprensa, produção de conteúdo escrito e audiovisual, ações de relacionamento em ambientes digitais, planejamento e realização de entrevistas coletivas".

Cumpra aqui esclarecer que a Recorrente é uma empresa séria e buscava fazer uma participação impecável no certame, preparando sua documentação e propostas em rigorosa conformidade com as exigências do Edital, provando sua plena qualificação para o certame.

Após a finalização dos lances, iniciou-se a fase de aceitabilidade da proposta e a empresa JHE COMUNICAÇÃO INTEGRADA foi convocada para envio da documentação (12/12/2018 14:01:42) que foi de pronto atendido, a sessão foi suspensa, conforme mensagem registrada no chat, com previsão de retorno no dia 13/12/2018 às 15h (12/12/2018 16:28:35).

Quando da abertura da sessão no horário programado, foi registrado a mensagem de que diligências foram realizadas junto às licitantes (13/12/2018 15:07:18) e imediatamente em seguida a empresa foi desclassificada (13/12/2018 15:18:40), sob a justificativa do não atendimento ao item 8.8.5.

É importante salientar que é comum em processos licitatórios, promover diligências para solicitação de informações complementares à documentação e que comumente são solicitadas e devidamente registradas através do portal de compras, porém neste caso, quando o registro foi realizado no portal de compras, o prazo já havia se esgotado.

Sendo assim foi convocada a empresa IN PRESS OFICINA ASSESSORIA DE COMUNICACAO LTDA para apresentação dos documentos de habilitação e após análise da documentação a mesma foi considerada HABILITADA (14/12/2018 16:16:26) e foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos.

Ocorre que a Recorrente registrou sua intenção de recorrer, pois não concorda com a habilitação da empresa até então considerada vencedora, entendendo que deve ser anulada a sua habilitação, em razão dos fundamentos a seguir expostos.

2. DOS FUNDAMENTOS

2.1 DA DILIGÊNCIA

Após analisar o processo, através de consulta pública (<http://www.justica.gov.br/Acesso/licitacoes-e-contratos/licitacoes/ministerio-da-justica/pregao/2018/collective-nitf-content-17>), tivemos acesso ao conteúdo do pedido de diligência, que consta a solicitação: "envio dos contratos de prestação de serviço relacionados aos atestados de capacidade técnica apresentados, bem como outros documentos aceitos como prova, com o fito de comprovar o atendimento dos requisitos referentes à qualificação técnica, especialmente quanto aos itens 8.8.1.1 e 8.8.2 do Edital" e que deveria ser atendido até as 11h da mesma data.

Vale ressaltar que não recebemos qualquer contato telefônico ou chamamento via chat sobre esta diligência e conforme consta registrado, a sessão estava suspensa até 15h, portanto qualquer interação neste período, deveria no mínimo ter sido superior a este horário, bem com o prazo de resposta. E consta no registro que foi encaminhado um e-mail para 'atendimento@tradde.com.br' (13/12/2018 8h:28m), porém, não foi localizado em nossa caixa de entrada. Sabemos que é comum em encaminhamentos de mensagens por e-mail haverem problemas com a comunicação, e por este motivo os órgãos contratantes sempre confirmam o recebimento através de contato telefônico, principalmente quando há um prazo tão apertado como o concedido.

Além do pedido ter sido exclusivamente através de e-mail, antes ao horário previsto de retorno da sessão, não foi ainda concedido um prazo razoável para apresentação dos documentos. Mostrando assim, uma decisão precipitada com a desclassificação da empresa vencedora. Por estes motivos, não tivemos a oportunidade de apresentar os documentos solicitados, pois apenas tomamos ciência da diligência 11 (onze) minutos antes da desclassificação.

O mais correto e justo neste caso, deveria ter sido promover a diligência através de chat e após a reabertura da sessão (como comumente é feito em processos licitatórios, principalmente através do PORTAL DE COMPRAS) e aberto o prazo para envio da documentação solicitada, o que não ocorreu.

Sendo assim tivemos a injusta desclassificação, mesmo apresentando melhor oferta e mesmo apresentando documentação satisfatória.

2.2 DA QUALIFICAÇÃO JURIDICA

A empresa JHE COMUNICAÇÃO foi desclassificada sob a justificativa do não atendimento ao item 8.8.5, conforme registrado em ata, sendo este um motivo diverso ao da diligência promovida, ou seja, o real motivo da desclassificação não foi o não atendimento da diligência, visto ainda que conforme justificado não tivemos tempo razoável para resposta após ter sido comunicado oficialmente.

Entretanto vejamos o que determina o item 8.8.5, que trata dos critérios de habilitação da licitante:

"Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente".

Geralmente as atividades principais e secundárias da empresa são classificadas detalhadamente no CARTÃO CNPJ e descritas de forma breve no CONTRATO SOCIAL, portanto caso haja dúvidas, é possível identificar estas informações claramente na consulta ao portal da RECEITA FEDERAL ou no cartão CNPJ que foi anexado junto a documentação.

Analisando melhor este documento, pode-se observar que temos descritas em nossas atividades as seguintes informações:

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

73.11-4-00 - Agências de publicidade

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

62.01-5-02 - Web design

63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet

73.12-2-00 - Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação

73.19-0-02 - Promoção de vendas

73.19-0-03 - Marketing direto

73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente

Estas informações comprovam claramente que exercemos as atividades compatíveis com os atestados de capacidade técnica apresentados.

Parece evidente que o sujeito que executou serviço idêntico preenche os requisitos para disputar o certame e deve ser habilitado. Contudo, também se deve reconhecer que a idoneidade para executar o objeto licitado pode ser evidenciada por meio da execução de serviços similares, ainda que não idênticos.

Dessa forma, não há cabimento tal justificativa, fato ainda que a licitante tenha executado no passado ou esteja executando serviços exatamente idêntico ao objeto da licitação.

2.3 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Consta ainda registro da NOTA TÉCNICA N. 19/2018/ASCOM/GM/MJ, o não atendimento aos itens 8.8.1 e item 8.8.2, porém vejamos o que informa tais itens:

8.8.1. "Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, a licitante deverá apresentar, no mínimo, 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante desempenhou ou desempenha serviços compatíveis com o objeto deste pregão"

Porém, analisemos os serviços que constam nos atestados apresentados:

CLUBE ASES:

Consultoria de Marketing Digital e Estratégica em Vendas;
Comunicação Integrada;
Comunicação Visual;
Alinhamento e posicionamento da marca;
Elaboração de campanhas;
Ações promocionais;
Apoio de peças para eventos;
Assessoria em eventos de terceiros.
Gestão e criação de conteúdo para as Redes Sociais;
Desenvolvimento e manutenção de sites, portais e aplicativos;
Gestão de campanhas de E-mail Marketing;
Assessoria de Imprensa;
Produção de conteúdo promocional e institucional;
Entrevistas coletivas;
Gerenciamento de crises;
Eventos e sociabilidade;

SUPREMO:

Consultoria de Marketing Digital e Estratégica em Vendas;
Comunicação Integrada;
Comunicação Visual;
Alinhamento e posicionamento da marca;
Elaboração de campanhas;
Ações promocionais;
Apoio de peças para eventos;
Assessoria em eventos de terceiros;
Gestão e criação de conteúdo para as Redes Sociais;
Gestão de campanhas de E-mail Marketing;
Assessoria de Imprensa;
Planejamento anual de comunicação institucional;
Produção de conteúdo promocional e institucional;
Entrevistas coletivas;
Planejamento de comunicação em mídias digitais;
Gerenciamento de crises;
Eventos e sociabilidade;
Pesquisa de avaliação de percepção de imagem;
Atendimento permanente de demandas de assessoria de comunicação;

FACULDADE ESTÁCIO

Assessoria de Imprensa;
Produção de conteúdo promocional e institucional;
Entrevistas coletivas;
Gerenciamento de crises;
Eventos e sociabilidade;
Comunicação Integrada;
Comunicação Visual;
Alinhamento e posicionamento da marca;
Elaboração de campanhas;
Ações promocionais;
Assessoria em eventos de terceiros.
Pesquisa de avaliação de percepção de imagem;
Planejamento anual de comunicação institucional;
Planejamento de comunicação em mídias digitais;
Atendimento permanente de demandas de assessoria de comunicação;

VINTAGE

Consultoria de Marketing Digital e Estratégica em Vendas;
Comunicação Integrada;
Comunicação Visual, Planejamento de comunicação integrada e institucional, Alinhamento e posicionamento da marca, Elaboração de campanhas, Ações promocionais, Assessoria em eventos de terceiros;
Gestão e criação de conteúdo para as Redes Sociais;
Planejamento de comunicação em mídias digitais, Apoio de peças para eventos;
Gestão de campanhas de E-mail Marketing;
Assessoria de Imprensa;
Produção de conteúdo promocional e institucional, Entrevistas coletivas, Gerenciamento de crises, Eventos e sociabilidade, Pesquisa de reputação imagem; Atendimento e assessoria de imprensa;

Portanto, uma simples leitura dos serviços constantes nos atestados de capacidade técnica apresentados, fica mais do que notório que as atividades aqui descritas são de total compatibilidade com o objeto licitado.

Dando continuidade ao assunto, recorreremos ao nobre professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, em seu livro Sistema de Registro de Preços e Pregão, 1ª Edição, pagina 455:

"... Por compatível, SE ENTENDE SER ASSEMBELHADA, NÃO PRECISA SER IDÊNTICA. A semelhança depende da natureza técnica da contratação, pois certas coisas, quem faz uma, faz duas. Para outras coisas, a capacidade para fazer duas "

Sendo assim, mesmo que a descrição das atividades não seja exatamente igual à licitada, demonstram claramente sua similaridade, por se tratarem de mesma atividade e afins, por serem atividades comuns de uma agência de comunicação, publicidade, marketing e assessoria de imprensa.

Dessa forma, não há cabimento em impor a exigência da descrição dos serviços serem exatamente idêntico ao objeto da licitação, além de ser terminantemente rechaçado pelos Tribunais de Contas, tendo em vista a possibilidade de restrição ao caráter competitivo da licitação, como exemplos citamos: Decisões/TCDF n.º 5.362/2016 (Informação n.º 171/2016-3ªDiacomp), n.º 6.220/2016 e n.º 2.931/2004, Acórdãos/TCU n.º 394/2002, 59/2006, 1585/2015, 361/2017, 433/2018 e 1567/2018. Além do mais, tal exigência feriria o princípio da igualdade citada no art. 3º da Lei n.º 8.666/93 e parágrafos 1º e 5º do art. 30 da Lei de licitações.

Ainda neste sentido, como ensina Hely Lopes Meirelles, "a orientação é a dispensa de rigorismos inúteis e a não exigência de formalidades e documentos desnecessários à qualificação dos interessados em licitar." Na mesma linha o Tribunal de Contas da União tem posicionamento sólido sobre o tema (Acórdãos n.º 2521/2003, 7334/2009, 2003/2011, 2627/2013, 2239/2018 ...)

Vale ressaltar ainda que são atividades pertinentes com às constantes no atestado apresentado pela segunda colocada. Portanto se observa um tratamento diferente entre às análises documental, contudo questiona-se como declarar aceito o atestado apresentado pela licitante IN PRESS OFICINA e não aceitar os atestados apresentados pela JHE

COMUNICAÇÃO, visto ainda que estão claramente detalhados conforme as descrições dos serviços realizados? Questiona-se ainda porque não houve o mesmo rigor?

Vejamos agora o que exige o item 8.8.2:

“A licitante deverá apresentar atestado comprovando que executou serviços compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos.”

Conforme documentos apresentados, consideramos os seguintes períodos constantes das atividades realizadas:

CLUBE ASES – 29/04/2016 – ATUAL
FACULDADE ESTÁCIO – 22/08/2016 – ATUAL
SUPREMO – 17/07/2015 – ATUAL
VINTAGE – 20/07/2016 – 10/05/2018

Comprovando assim um somatório no período de 3 (três) anos e 5 (cinco) meses, conforme determina o item 8.8.2.1:

“Serão aceitos os somatórios de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.”

Portanto, resta claro que atendemos a esta exigência, porém pela análise do parecer técnico, demonstra que foi considerado apenas um atestado para comprovação do período de 3 (três) anos, mostrando que o entendimento da ASCON foi equivocado.

Agora vejamos os atestados apresentados pela licitante até então lograda vencedora:

AMB – 30/01/2014 – 30/09/2015
SIMPROFAZ – 2012 – 26/09/2017
CNDL – 12/2011 – 10/12/2018 (12/2008 – 29/09/2015)
ANADEF – 02/10/2012 – 10/12/2018
FUNPRESF – 10/2015 – 29/11/2018

Comprovam um somatório superior a 5 (cinco) anos, isso porque não mostra claramente o início das atividades, fato que gera estranheza, pois não constam a data de início de vigência, porém é comum que contratos tenham claramente uma data de início, o que gera dúvida sobre a sua real contratação. Um outro fato que gera estranheza é que em outro atestado apresentado pela mesma contratante mostram períodos divergentes.

Portanto, se ambas documentações comprovam período superior a 3 (três) anos, questionamos mais uma vez, porque considerar somente os documentos apresentados pela segunda colocada?

Ainda sobre o direito a isonomia e a ampla competitividade entre as licitantes, questionamos porque não foram promovidas as mesmas diligências à segunda colocada para apresentação dos contratos que confirmam a veracidade dos atestados, visto que não apresentam datas específicas de sua vigência? Mostrando um tratamento diferente e proferida chances incompatíveis, para com a análise realizada.

Desse modo, conclui-se que, muito embora tenhamos sido injustamente desclassificada, pelos fatos acima exposto, apresentamos documentação satisfatório e melhor oferta ao objeto ora licitado, devendo portanto ser lograda vencedora.

3. DOS PEDIDOS

Por todo o acima exposto, requer o recebimento e análise do presente recurso, por preencher os requisitos de admissibilidade e tempestividade previstos, e, no mérito seu provimento para que seja revertida a decisão que inabilitou a empresa JHE COMUNICAÇÃO, pelas razões de fato e de direito nesta peça aduzidas.

Na esteira do exposto, reconhecendo-se a ilegalidade da decisão tomada pela Douta Comissão de Licitação, como de rigor, admita-se a participação da recorrente na fase seguinte da licitação, já que habilitada a tanto a mesma está.

Em conseqüente, tornem-se nulos os atos de chamamento da segunda colocada no certame, declarando a recorrente como vencedora.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir,

devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Brasília/DF, 19 de dezembro de 2018.

RAUL MAIA DA SILVA

Fechar